OBETIVO 3: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ENFRENTAMENTO A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA;

IE 3.1 - Aperfeiçoar a comunicação social do Plano à sociedade civil e os órgãos parceiros;

IE 3.2 - Estabelecer mecanismos de participação às organizações da sociedade civil no desenvolvimento regionalizado das ações do Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana;

IE 3.3 – Estabelecer mecanismos para reprimir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham a pessoa ou grupo ao ódio ou desprezo, por motivos consolidados na religiosidade de matrizes africanas;

IE 3.4 - Buscar parcerias com o Governo, IES, iniciativa privada e a sociedade civil para a produção de pesquisas científicas, cartilhas e demais produções técnicas adequadas aos costumes e às práticas dos Povos e Comunidades tradicionais.

IE: 3.5 - Fortalecer a aproximação entre os órgãos municipais, estaduais, o Ministério Público, o Judiciário e a sociedade civil, no combate a intolerância religiosa, sexismo e ao racismo estrutural existentes nas instituições públicas e privadas do Estado;

OBETIVO 4: PROMOVER MELHORIA NA GARANTIA DOS DIREITOS DOS POTMA's, EM ESPECIAL, À SEGURANÇA, SAÚDE, CULTURA E EDUCAÇÃO;

IE 4.1 - Articular junto a sociedade civil organizada e a SEGUP a realização de cursos de capacitação continuada para os OSP;

IE 4.2 - Articular com o Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP, para revisão do currículo de formação inicial e contínua dos agentes de segurança pública;

IE 4.3 - Cooperar com OSP SIEDS para a melhoria dos indicadores de atendimento referente à LGBIfobia e a violência doméstica, nos termos do Objetivo (ODS) nº16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

IE 4.4 - Promover programas e projetos participativos capazes de identificar e atender as demandas de saúde das populações dos Povos Tradicionais de Matrizes Africanas, do campo e da floresta.

IE 4.5 - Contribuir para a redução das vulnerabilidades em saúde dos Povos Tradicionais, Quilombolas e Ribeirinhos da Amazônia, desenvolvendo ações integrais voltadas à saúde do idoso, da mulher, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, da população LGBTQI+, do homem e do trabalhador negro, considerando a saúde psicológica, sexual e reprodutiva, bem como a violência sexual e doméstica.

IE 4.6 - Articular com as secretarias Estaduais e Municipais para a formação continuada dos professores do campo e das comunidades quilombolas das redes Estaduais e Municipais de ensino do Estado do Pará;

IE 4.7 - Incentivar o Governo quanto a criação de ações de apoio técnico e financeiro aos municípios paraenses para a melhoria das condições de infraestrutura das escolas, atendendo a necessidade da educação do campo, indígena, quilombola e de povos e comunidades tradicionais;

IE 4.8 - Articular com o Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP, para revisão do currículo de formação inicial e contínua dos agentes de segurança pública;

IE 4.9 - Cooperar com OSP SIEDS para a melhoria dos indicadores de atendimento referente à racismo religioso, nos termos do Objetivo (ODS) nº16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

OBETIVO 5: PROMOVER AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ COM A TEMÁTICA DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA.

IE 5.1– Promover a territorialização do Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Tradicionais de Matrizes Africanas;

IE 5.2- Reforçar o planejamento das ações estratégicas integradas do governo para os municípios.

IE 5.3 - Articular com as IES para a elaboração de indicadores dos discentes negros, quilombolas e de Povos Tradicionais oriundos da Lei de Cotas e, identificar medidas para o acesso e permanência dos mesmos no ensino superior;

IE 5.4- Fortalecer melhorias no regime prisional semiaberto com oportunidades de trabalho e capacitação como medidas de redução de pena e reinserção social deste grupo vulnerável;

IE 5.5 – Cooperar no fortalecimento de ações de inclusão social, nos termos do Objetivos (ODS) nº 10 (Redução das Desigualdades) mediante programas e projetos sociais de acesso a cidadania de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Estadual dos Povos Tradicionais de Matriz Africana 2021 é o ponto de partida de um grande planejamento voltado para a melhoria na garantia dos direitos dos POTMA's, em especial, à segurança, saúde, cultura e educação nos próximos anos, onde cada integrante do comitê será uma peça fundamental para o sucesso desse empreendimento de melhoria continuada através de políticas públicas de Estado.

Os objetivos e iniciativas Estratégicas do plano serão desmembrados em ações (tarefas) mediante a elaboração de um plano de trabalho, o qual apresentará as definições das metas, os responsáveis, locais e os recursos necessários para a consolidação dos cenários desejados.

GLOSSÁRIO

CONSEP - Sigla do Conselho de Segurança Pública

SEGUP - Sigla da Secretaria de Segurança Pública do

SEJUDH - Sigla da Secretaria de Justiça e Direitos H

PMPA – Polícia Militar do Pará;

PCPA – Polícia Civil do Estado do Pará;

DPPA – Defensoria Pública do Pará;

MPPA – Ministério Público do Pará;

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública;

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penit

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação;

DIPREV – Diretoria de Prevenção Social da Violênc

PESP – Plano Estadual de Segurança Pública;

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública;

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS:

DECRETO Nº 75, DE 24 DE ABRIL DE 2019 - Institui a Comissão de Trabalho para Criação do Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará.

DE BEM, Daniel Francisco ;ORO, Ari Pedro - A Preponderância das fronteiras geográfica e simbólica na transnacionalização afro- religiosa no prata. Debates do NER, Porto Alegre, ano 9, N. 13, P. 25-46, JAN./JUN. 2008.

CHIVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arao - Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. Rio Ensevier, 2003.

BRASIL. Escola Superior de Guerra - Metodologia de Planejamento Estratégico . Rio de Janeiro: ESG, 2020.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 - Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.- Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. “Lei maria da Penha” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.

_____.Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - Belém-PA: PESP, 2020.

_____.Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Brasília-DF: PNSP, 2021.

RECOMENDAÇÃO GERAL n 35/2019- Sobre violência de gênero contra as mulheres do comitê para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/3380888/3539315/Recomenda>.

REPÚBLICA DA COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos - Parecer Consultivo OC -24/17, Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo, 24 de novembro de 2017. Disponível em: www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por

RESOLUÇÃO CNPCP Nº 4, DE 29 DE JUNHO DE 2011 Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima a pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Resolucao04_2011Recomenda.pdf.